

A imprensa e a construção da memória: ditadura militar de 1964, fragmentos e razões do silêncio ¹

NASCIMENTO, Layse Pereira Soares do (Mestre)²
Universidade Estadual do Centro-Oeste/Paraná

Resumo: A reflexão proposta neste estudo tomou por base artigos da Folha de São Paulo, do jornalista Paulo Moreira Leite, *Dilma na tortura da história*, e, *Quem fez o que na ditadura militar* e também a matéria *Há Um Novo Tempero no Poder*, publicado pela revista Realidade, em junho de 1967. Enquanto de um lado há uma preocupação com a seleção de fragmentos de memória, e não com a “memória integral ou completa”, como classifica o jornalista, de outro lado há a preocupação em tentar controlar que memória será recuperada no futuro. A discussão perpassa pelo período da ditadura militar de 1964, pela memória e esquecimento. Primeiro, apontando as considerações feitas pelo jornalista de que a busca pelas informações sobre o passado de Dilma Rousseff foi realizada em ambiente de criminalização, onde, de acordo com seu artigo, dá-se mais importância ao fato de que Dilma pegou em armas, comandou assaltos, do que à continuidade das investigações, e, no caso da imprensa, das apurações, de responsabilidades: “quem torturou, quem mandou torturar”. A imagem projetada pela ditadura militar para os guerrilheiros permanece associada, fora de contexto, a criminalidade. Por outro lado, apresenta-se também neste artigo, o general “da linha dura” Costa e Silva, e seu projeto de entrar para a história como administrador e não político, contando no início de seu governo, com apoio da revista Realidade que, segundo José Salvador Faro, “cortejou diplomaticamente o Estado autoritário”.

Palavras-chave: Imprensa; Ditadura; Memória; Esquecimento

Estudar a ditadura militar de 1964 pode parecer ultrapassado e repetitivo, mas o seu tema está longe de se esgotar. O fato de a presidente eleita do Brasil ser uma de suas vítimas públicas e declaradas, suscita novas possibilidades não só de investigação acadêmica, mas também em outras esferas da sociedade. Antes das eleições de outubro de 2010, o jornal a Folha de São Paulo, solicitou na justiça o acesso ao processo que levou à prisão durante a ditadura, de Dilma Rousseff. A autorização do Superior Tribunal Militar só ocorreu no dia 16 de novembro de 2010, dias depois do segundo turno, e, ainda assim, com algumas restrições.

Dilma foi presa em janeiro de 1970, quando integrava uma das organizações da esquerda armada, a VAR-Palmares, e sofreu tortura durante vinte e dois dias (Folha.com, 28/11/2010). Essas informações constam do processo e deram início a uma série de reportagens sobre o assunto. Afinal, para o jornalismo trata-se de uma notícia de grande interesse por marcar um período histórico sombrio vivido pela sociedade brasileira e mais recentemente, por apresentar entre suas vítimas a presidente que assume o país em 2011.

¹ Trabalho apresentado no GT de Jornalismo, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2011.

² Jornalista e Professora da Unicentro, doutoranda do Programa de Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dinter UFRJ/Unicentro). E-mail: layse@unicentro.br.

A reflexão proposta neste estudo tomou por base artigos do jornalista da Folha de São Paulo, Paulo Moreira Leite, e também a matéria *Há Um Novo Tempero no Poder*, publicado pela revista Realidade, em junho de 1967. Enquanto de um lado há uma preocupação com a seleção de fragmentos de memória, e não com a “memória integral ou completa”, como classifica o jornalista, de outro lado há a preocupação em tentar controlar que memória será recuperada no futuro.

No dia 22 de novembro, em sua coluna Vamos Combinar, na Folha.Com, veiculou dois artigos tratando do mesmo tema: *Dilma na tortura da história*, e, *Quem fez o que na ditadura militar*. Logo no início do texto, o jornalista destaca “os méritos jornalísticos” da reportagem, mas também revela um descontentamento com a pergunta que não é respondida: afinal, quem mandou torturar e quem torturou?

Agora conhecemos as revelações sobre Dilma Rousseff produzidas sob a tortura do regime militar. Mas continuamos sem saber quem mandou torturar, quem torturou — e o destino de cada um. Isso é vergonhoso. A reportagem de Matheus Leitão e Lucas Ferraz publicada pela Folha de S. Paulo tem méritos jornalísticos. Os brasileiros tem o direito de conhecer o passado político da presidente eleita. (*Dilma na tortura da história*, Folha.com, 28/11/2010)

Para o jornalista é preciso “falar do passado com alguma seriedade”. E justifica:

Naquele Brasil dos anos 70 o país vivia sob um regime que derrubou um presidente constitucional e mudou o calendário eleitoral porque não pretendia devolver o poder aos civis. Não havia liberdade política, a tortura era praticada de modo regular e a oposição era perseguida com violência (*sic*). Nessa situação, todo ato de resistência constituiu um gesto que merece respeito, apesar dos erros e desvios que possam ter sido cometidos. Isso vale também para a mãe que se mobilizava para proteger filhos presos, para o operário que fazia greve proibida, para o ator que protestava contra a censura e outros gestos semelhantes. (*Dilma na tortura da história*, Folha.com, 28/11/2010)

Paulo Moreira Leite continua o texto afirmando que “A busca pelas informações sobre o passado de Dilma Rousseff foi realizada em ambiente de criminalização e seletivo, porém”. De acordo com o jornalista, dá-se mais importância ao fato de que Dilma pegou em armas, comandou assaltos, do que à continuidade das investigações, e, no caso da imprensa, das apurações, e trazer a público as responsabilidades dos militares envolvidos, grupos paramilitares ou de extermínio que atuaram conjuntamente no período da ditadura militar, principalmente nos chamados “anos de chumbo”, que caracterizou o governo dos generais que, como Emílio Garrastazu Médici, estavam “inequivocadamente identificados com os linhas-duras” (Skidmore, 1998:219).

Por coincidência, há poucas semanas o senador Romeu Tuma, um dos principais responsáveis pela repressão política em São Paulo, homem de ligação entre o serviço de informações do Exército e a máquina da polícia política, descansou em paz sem que seu passado despertasse

a mesma curiosidade e interesse. Denúncias (*sic*) de presos políticos torturados durante a longa gestão de Tuma no DOPS estão aí na internet, mas ficaram no ar. Os elogios da imprensa a Tuma chegaram a provocar uma reação indignada por uma parte de presos políticos mantidos sob sua responsabilidade. Não sei se essas denúncias são verdadeiras. Mas acho curioso que ninguém tenha tido o interesse em apurá-las. (*Dilma na tortura da história*, Folha.com, 28/11/2010)

O jornalista considera essas informações importantes na medida em que possibilitam “conhecer o real contexto da época e entender que um regime violento produziu atos violentos de resistência”. Apurar é um termo técnico bastante usual do jornalismo. Jornalista apura os fatos. Portanto, Leite se dirige explicitamente a imprensa que, na morte do senador Tuma, tece elogios ao “homem público” de contribuições relevantes ao país, sem, contudo, recordar-se do envolvimento deste com a ditadura militar.

Não é de espantar que, pouco a pouco, o passado seja criminalizado. Outro dia, uma adolescente de 18 anos, em dúvida na hora de votar, chegou a me perguntar se era verdade que a futura presidente havia assaltado bancos. A adolescente (*sic*) não está errada. Quem está errada é nossa memória. Só olha para um lado. (*Dilma na tortura da história*, Folha.com, 28/11/2010)

Em outro artigo, *Quem fez o que na ditadura militar*, Paulo Moreira Leite, aprofunda um pouco mais as questões tratadas:

Essa semana tivemos o acesso aos documentos produzidos durante a ditadura militar sobre a presidente eleita Dilma Rousseff, por exemplo, que ela passou vinte e dois dias sob tortura e que ela seria responsável pelo armamento do grupo VAR-Palmares. (*Quem fez o que na ditadura militar*, Folha.com, 28/11/2010)

O texto reforça que buscar informações sobre o passado e presente de Dilma Rousseff é “uma curiosidade legítima”, já que se trata “da biografia de uma personalidade, Dilma Rousseff, presidente eleita”, porém é preciso analisar os fatos dentro de um contexto. Ou seja, os atos de resistências podem até ser considerados errados ou crimes, mas devem, na opinião do jornalista, ser situados “num contexto político”, onde estava em vigor um regime violentíssimo.

Esse episódio me lembra mais uma coisa interessante que é aquela tradição de que no Brasil a gente só consegue ter informação de um lado. Só conseguimos ter informação a respeito das pessoas que foram vítimas da tortura, das que resistiram ao regime. Mas até agora, ao mesmo tempo de que se abre – após a espera de alguns meses – esses documentos sobre Dilma Rousseff, há duas décadas nós esperamos pela abertura dos arquivos militares. Arquivos que dizem quem fez o que na ditadura militar, especialmente quem foram os responsáveis por crimes como a tortura, por crimes como execuções, quem deu as ordens, quem a cumpriu.

Novamente a informação sobre a morte do senador Romeu Tuma, que “era um homem de ligação entre o DOPS e o serviço de informação do exército e nunca se soube direito o que ele fez. Então temos uma história pela metade”. O jornalista lamenta o silêncio e o mistério. Para a memória ficar completa é preciso desvendar o que há nos arquivos militares. “Isso é muito ruim porque nós somos um país que ficamos com a memória quebrada, partida. Não é um país que consegue ter uma memória integral a respeito de si próprio”. Leite finaliza seu artigo dizendo que os países vizinhos já “abriram seus arquivos” e “torturadores estão presos e condenados”.

Enquanto no Brasil tenta-se apagar fatos que a gente nem sabe o que aconteceu, nem quem são os responsáveis. É muito estranha essa nossa forma de fazer história e eu acho que uma hora ela vai mudar. (*Quem fez o que na ditadura militar*, Folha.com, 28/11/2010)

Fica evidenciada a indignação do jornalista e a crítica em relação ao tratamento dado a cobertura que a própria Folha, e o restante da imprensa, faz sobre a ditadura e o envolvimento de Dilma Rousseff na luta armada. Para Leite, “falta maturidade e tranquilidade” para tratar do assunto. O jornalista pode até ser acusado de ser “petista”, lulista” ou “dilmista”, mas em seus artigos, apresenta alguns questionamentos que não devem ser desconsiderados, envolvendo a construção da memória de um período bastante conturbado da história do Brasil.

É possível verificar nos dois artigos o uso de termos como história, memória, silêncio, apagamento, conforme as expressões selecionadas a seguir: “Quem está errada é a nossa memória”; “(...) é aquela tradição de que no Brasil a gente consegue obter informação só de um lado”; Lamenta “o silêncio e mistério”; “(...) somos um país que ficamos com a memória quebrada, partida”; “Não é um país que consegue ter uma memória integral”; “(...) no Brasil tenta-se apagar os fatos”; e, “é muito estranha essa nossa forma de fazer memória”. O que o jornalista reivindica é a verdade antes que ela se perca, o não silêncio, a reparação da verdade. É o que Huyssen (2000) chama de memória “real” contra política de esquecimentos:

A disseminação geográfica da cultura da memória é tão ampla quanto é variado o uso político da memória, indo desde a mobilização de passados míticos para apoiar explicitamente políticas chauvinistas ou fundamentalistas (...) até as tentativas que estão sendo realizadas, na Argentina e no Chile, para criar esferas públicas de memória “real” contra as políticas do esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais, seja através de reconciliações nacionais e anistias oficiais, seja através do silêncio repressivo” (HUYSSSEN, 2000:16)

O autor chama a atenção para a dificuldade que há em separar o passado mítico e o passado

real. “O real pode ser mitologizado tanto quanto o mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade” (HUYSSSEN, 2000:16). Segundo Barbosa (2007), o passado, mesmo se considerado como real, é sempre inverificável. “Na medida em que ele não existe mais, só indiretamente é visado pelo discurso da história. Assim, tal como a ficção, também a reconstrução histórica é obra da imaginação” (Barbosa, 2007, p.1).

Ribeiro (2008), partindo das reflexões de Maurice Halbwachs, afirma que é a partir da atualidade e estimuladas por ela que se constroem as lembranças. “Lembrar não é reviver uma experiência passada, mas reconstruí-la com imagens e idéias de hoje, a partir de materiais que estão à nossa disposição” (Ribeiro, 2008, p.18).

Quando trata dos abusos da memória, Tzvetan Todorov (1995), referenciado por Ana Paula Goulart Ribeiro³ (2010), enfatiza que há lembranças que não são simplesmente silenciadas, mas apagadas de fato. Nesses casos, os traços do que aconteceu são destruídos ou transformados profundamente; mentiras e invenções substituem por completo a realidade dos acontecimentos. Todorov diz que memória não se opõe ao esquecimento.

Memória é sempre e necessariamente a interação com o esquecimento. A reconstituição integral do passado é impossível. Na memória, certos traços são conservados, outros são imediatamente ou progressivamente, descartados e esquecidos. Normalmente, a memória é vista de forma positiva como um ato político, de resistência, de contraposição às forças hegemônicas, pelo poder que estas exercem seja no silenciamento, seja no esquecimento. A memória é também defendida porque é considerada um elemento reparador dos danos sofridos. (Ana Paula Goulart Ribeiro 2010)

O jornalista Paulo Moreira Leite, em seus artigos, quando fala que “pouco a pouco o passado passa a ser criminalizado”, e que a “busca pelas informações sobre o passado de Dilma Rousseff foi realizada em ambiente de criminalização e seletivo”, alerta que, como afirma Todorov (1995), “traços do que aconteceu estão sendo destruídos ou transformados profundamente”.

A abertura dos arquivos militares pode revelar o que ocorreu durante a ditadura, mas enquanto isso, “mentiras e invenções” estão substituindo “a realidade dos acontecimentos” do referido período. Em um cenário mais favorável, Andreas Huyssen (2000) destaca que as culturas de memória estão intimamente ligadas, em muitas partes do mundo, a processos de democratização e lutas por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil. Embora os discursos de memória possam parecer um fenômeno global, eles permanecem ligados às histórias de nações e estados específicos.

³.Referência feita pela Professora Ana Paula Goulart Ribeiro, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, durante as aulas ministradas no curso Mídia, memória e esquecimento, em 27 de outubro de 2010, no Programa Interinstitucional entre URFJ e Unicentro (PR).

Na medida em que as nações lutam para criar políticas democráticas no rastro de extermínios em massa, *apartheids*, ditaduras militares e totalitarismo, elas se defrontam, como foi e ainda é o caso da Alemanha desde a Segunda Guerra Mundial, com a tarefa sem precedentes de assegurar a legitimidade e o futuro das suas políticas emergentes, buscando maneiras de comemorar e avaliar os erros do passado (HUYSSSEN, 2000:16-17)

Uma obsessão com a memória e o passado passou a tomar conta da sociedade. Segundo Andreas Huyssen (2000), essas obsessões poderiam ser explicadas em função do final do século (XX), e, o que existe hoje é uma cultura da memória. A preocupação com o passado e a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções gigantescas. É como se fosse possível realizar o “desejo de puxar os vários passados para o presente”. “É como se o objetivo fosse conseguir a recordação total” (HUYSSSEN, 2000: 15). Essa comercialização crescente, teve início na década de 1970, nos Estados Unidos e na Europa, com a restauração historicizante de velhos centros urbanos, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais, a onda da nova arquitetura de museus, literatura memorialística e confessional, crescimento dos romances autobiográficos e históricos pós-modernos, o aumento do número de documentários na televisão, e ainda comemorações, pedidos de desculpas pelo passado, e até mesmo o “entretenimento memorialístico” (HUYSSSEN, 2000:14).

Razões do Silêncio

Dilma Rousseff já havia declarado que durante a ditadura foi presa e torturada. Entrevistada pela apresentadora Patrícia Poeta, no programa dominical da Rede Globo, Fantástico, do dia 07 de novembro de 2010, a mãe da presidente eleita, Dilma Jane Silva Rousseff, limitou-se a dizer acerca dos três anos em que a filha permaneceu presa, que foi um período ruim, do qual não quer lembrar, conforme trecho da reportagem transcrito a seguir, que trata especificamente deste assunto:

- 1.Patrícia Poeta: Dona Dilma, vamos falar sobre alguns momentos importantes na vida da Dilma. Por exemplo, ditadura militar. Como é que a senhora acompanhou esse período da vida dela?
- 2.Dona Dilma: Esse período pra mim foi muito triste e muito sofrido, um período que eu já esqueci. Já pus uma pedra em cima, nem lembro. Nem quero lembrar.
- 3.Patrícia Poeta: Foi um momento muito angustiante pra senhora?
- 4.Dona Dilma: Muito, um verdadeiro calvário, mas já passou”. (Fantástico, 07/11/2010)

Com essa frase, Dona Dilma encerra o assunto que, como afirma na entrevista, já pôs “uma pedra em cima”, e obriga a repórter a continuar a entrevista com outras perguntas não menos constrangedoras. “O silêncio tem razões bastante complexas”, diz Michael Pollak, ao analisar a questão entre os sobreviventes dos campos de concentração que, após serem libertados, retornaram

à Alemanha ou à Áustria (POLLAK, 1989, 7-8).

Existe o silêncio da mãe e o silêncio de parte da sociedade, que também não quer mais lembrar. Marialva Barbosa (2010) afirma que a história pode ser percebida como processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos. “Compete ao historiador perguntar pelos silêncios e identificar no que não foi dito, uma razão de natureza muitas vezes política” (Barbosa, 2010).

Sobre as práticas de tortura, das quais a presidente eleita foi vítima e motivou uma retomada do assunto na imprensa, há uma vasta bibliografia que trata do assunto. Entre elas cito o livro reportagem *Brasil Nunca Mais* (1985), que revela por meio de depoimentos de vítimas e fichas pesquisadas nos arquivos oficiais, que as atrocidades praticadas conseguiam arrancar confissões dos presos que chegavam a inventar lista de nomes de “subversivos, guerrilheiros, comunistas”. O historiador Skidmore (1998), aponta que, sobretudo em 1969, para exterminar a guerrilha que cresce, aperfeiçoaram-se as técnicas de tortura:

Métodos brutais de interrogatório, como o “pau de arara”, a “cadeira do dragão” e a “geladeira”, fizeram muitos suspeitos falar. As torturas dos suspeitos às vezes duravam até dois meses, mesmo quando os inquisidores já haviam perdido a esperança de extrair a mínima informação. A tortura transformara-se em horrível ritual, num ataque calculado à alma e ao corpo. (SKIDMORE, 1998:180-181).

Acobertada pelo novo instrumento militar legal, a censura atingiu a imprensa, não poupando nem mesmo os jornalistas de mais prestígio. Carlos Castelo Branco, o mais conhecido colunista do Brasil, foi preso, juntamente com o diretor do seu jornal, *Jornal do Brasil* (Skidmore, 1998:166). O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente, opõe ao excesso de discursos oficiais. Lembranças traumatizantes podem sobreviver dezenas de anos, a espera do momento propício para serem expressas (Pollak: 1992:3).

O regime aprimorava suas técnicas de tortura e chega as elites (Skidmore, 1998:181). A tortura torna-se um instrumento de controle social, “um poderoso instrumento, ainda que degradante para seus usuários, para subjugar a sociedade” (Skidmore, 1998:514).

A publicação pela editora Vozes, em 1985, do livro *Brasil: Nunca Mais*, enervou os militares. O relatório baseava-se em registros militares oficiais, nomes de vítimas e torturadores, além de época e local da tortura. “O mesmo grupo de São Paulo publicou posteriormente uma lista de 444 policiais e oficiais das forças armadas envolvidas em atos de tortura”, aponta (Skidmore, 1998:181). Essa lista com os 444 nomes, nos conta Skidmore (1998), foi publicada nos principais jornais como *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, além das revistas *Veja* e *Isto É*.

O jornalismo na sua prática diária de cobertura dos mais variados assuntos, faz história,

conta parte da história, e seleciona o que vai entrar para a história. Entrevistar a mãe da presidente eleita e colher dela informações sobre a história da filha, futura líder da nação, é um fato memorável que pode ser selecionado.

Marialva Barbosa (2007:83) afirma: “Os meios de comunicação fazem, cada vez mais, usos do passado, mostrando em suas encenações midiáticas uma multiplicidade de tempos que se entrecruzam sem cessar”. Para a pesquisadora (2007:92), “são os documentos que fornecem a dimensão histórica para que o passado ressurgisse no presente. É pela ideia de fidedignidade visual em relação aos tempos idos que se instaura a ideia de passado absoluto realizado no presente”. Ao se reconstruir o presente, a partir dos rastros que o passado deixou como marca, coloca-se também em cena a questão memorável, aponta Barbosa (2007:92). Haverá sempre algo esquecido e algo lembrado nesse passado reatualizado. “Mais do que a questão do objeto memorável, há que se pensar, pois, na dimensão do esquecimento que essas emissões evocam” (Barbosa, 2007:94).

A imprensa, ao noticiar, estabelece um diálogo com seu público, ao mesmo tempo em que revela em suas páginas um universo de representações sociais, políticas, ideológicas, históricas que marcaram determinada época. Ribeiro (2008, p.195) destaca que os meios de comunicação, desde o século XX, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes conferiu o direito de produzir enunciados em relação à realidade, aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros.

Ribeiro diz que a história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. “São eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de elevá-los à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância” (Ribeiro 2008, p.195). A mídia é elevada ao *status* de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação da vida social. Os jornais registram e constroem memórias, e sabem bem disso.

Construção de imagem

“O governo Costa e Silva trabalhou arduamente para projetar uma imagem conciliatória”, afirma o historiador Thomas Skidmore. “Começou seu mandato prometendo humanizar a Revolução”, (Skidmore, 1998:148). Costa e Silva recebeu a faixa presidencial em 15 de março de 1967, antes disso, já ocupara as páginas da Revista Realidade, em fevereiro, em matéria intitulada: “Um garoto chamado Artur”.

Segundo Faro (1999), Luiz Fernando Mercadante escreveu tantas matérias sobre Costa e Silva que acabou se tornando um especialista. Em abril de 1967, a primeira dama teve seu perfil traçado pelo jornalista: “a tônica era a família harmoniosa, a história pessoal construída com os elementos de uma união e da confiança, o despojamento da vida pessoal em favor da vida pública” (FARO, 1999:171). O título da matéria: “Dona Yolanda a presidenta”.

Em junho de 1967, a revista Realidade, uma publicação da editora Abril, na sua 15ª edição, abre a reportagem que ocupa as páginas 26 e 27 com a legenda: “Juscelino tinha uma alegria contagiante. Jânio era o bicho-papão. Jango apareceu com ares de rapôsa (*sic*). Castelo foi a severidade no governo. Agora, HÁ UM NOVO TEMPERO NO PODER” (esta última frase sob a foto de Costa e Silva, seria o título da notícia). O texto, novamente, é de Luiz Fernando Mercadante e apresenta um panorama bastante otimista das primeiras dez semanas de Costa e Silva no poder, sempre contrapondo as características deste com os outros presidentes: Juscelino, Jânio, Jango e Castelo Branco. “Diante deste quadro, um professor de sociologia e política exclama: _O govêrno (*sic*) Costa e Silva restituiu ao povo o direito de sonhar!” (Revista Realidade, junho de 1967).

Continua a reportagem: “Dez semanas no poder revelam em Costa e Silva um presidente equilibrado, um homem de bom senso, que quer entrar na história como administrador e não político. Pode-se dizer que, nos últimos anos, desde Vargas e Café, nenhum presidente teve tanta tranquilidade para governar”, (Revista Realidade, junho de 1967).

Os elogios se estendem: “Serenos, fortes política e militarmente, nas suas primeiras dez semanas de governo, Costa e Silva cuidou de administrar”, (Revista Realidade, junho de 1967).

Na página 29, fotos de Jânio, Castelo, Juscelino e Jango, logo abaixo a legenda: “Um tinha temperamento instável; outro meio triste; o terceiro eufórico; o último fechado.” Sobre a atitude de Costa e Silva fixar residência em Brasília: “Antes dêle (*sic*), apenas Jânio se determinara a isto. Mas, se para Jânio o planalto foi um banho de melancolia, para Costa e Silva, ao contrário, os ares de Brasília inspiram muito trabalho”, (Revista Realidade, junho de 1967).

A reportagem prossegue: “Atrás de cada govêrno (*sic*) há um homem dando as cartas, de Juscelino, Jânio e Castelo são apontados dois ou três possíveis homens fortes, com Jango, “os experts em influências escalam um time inteiro”. Com Costa e Silva: “_É possível que nunca tenha havido, em tôda (*sic*) a sua história, um presidente menos sujeito a esse tipo de influência. Se há um homem forte no govêrno (*sic*), ele se chama Costa e Silva”, (Revista Realidade, junho de 1967).

As comparações continuam. “Costa e Silva é um homem de horários, faz ginástica tôdas (*sic*) as manhãs, nas maratonas “tem passo acelerado, difícil de acompanhar”. Juscelino entrava pelas madrugadas, Jânio sofria de insônia, “Jango varava dias dormindo apenas algumas horas e passava algumas tardes se recuperando do sono perdido, Castelo recolhia-se cedo demais, com seus livros e seus problemas”. Castelo era chamado de presidente enquanto Costa e Silva, os militares “intitulavam de chefe”, (Revista Realidade, junho de 1967).

Costa e Silva levou para o palácio um estilo muito seu, distribui os assuntos em pastas e discute diretamente com o ministro indicado. “Um homem capaz de dizer coisas duras sem mudar de tom, com a voz pausada e encarando nos olhos de quem estiver diante dêle”. Um record também tem termos de correspondência diária, mais de 700, que é “ toda registrada, classificada e

respondida”, (Revista Realidade, junho de 1967).

“Pode-se dizer que, nos tempos de Juscelino, Brasília tinha ar de festa, clima de feriado nacional, pioneirismo e heróis. Quando veio Jânio, acabou-se a festa: bandeiras foram arreadas, a cidade levou um susto. Jango chegou no bôjo (*sic*) de uma crise. E de crise em crise, Brasília passou a viver de sobressaltos. Com Castelo, a Capital respirou austeridade. Agora vive dias de Costa e Silva, diferente dos quatro: um homem capaz de sonhar, espera que um povo inteiro sonhe outra vez, pensando num destino melhor”. (Revista Realidade, junho de 1967)

A revista realidade foi premiada oito vezes com o prêmio Esso de jornalismo. E, em 1966, Luiz Fernando Mercadante ganhou o Prêmio Esso de Reportagem pela matéria: “Brasileiros, Go Home”. Um estudo do material produzido pela revista no período de 1966, data de seu lançamento, a 1968, resultou na publicação do livro: Revista Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem impressa brasileira, de José Salvador Faro. Segundo Faro (1999), a análise do material permitiu “concluir que a investigação jornalística em torno de grandes temas reportados obedecia a uma linha de coerência discursiva”. No entanto, pondera Faro:

(...) a linha de coerência discursiva que se constatou até aqui ganhou em alguns momentos, uma feição dúbia, oscilante mesmo, entre a revelação da crise brasileira e a ênfase exaltadora da simbologia que marcava o fechamento do Estado, embora isso não chegasse a descaracterizar aquilo que era uma característica fundamental do projeto Realidade: sua sintonia com as manifestações oposicionistas, difusas na sociedade civil (FARO, 1999:168).

Para Barbosa (2010), a imprensa produz textos que falam de seu cotidiano e outros que deixam pistas sobre as suas relações com as instâncias do poder. E as memórias são reinterpretadas, reconstruções, continuamente atualizadas e reconfiguradas a partir das necessidades e das demandas.

Faro (1999), concluiu que essa contradição – que os jornalistas que produziram Realidade atribuíram à transigência com a Editora Abril e a própria redação marcavam suas relações com o poder – esteve presente nos números da revista publicados até junho de 1967, coincidindo com a ascensão e a consolidação do governo do general Costa e Silva.

O retrato de Costa e Silva – general representante dos grupos militares considerados “duros” favoráveis à intensificação do fechamento institucional e contrários ao espectro de alianças políticas civis que Castelo vinha tentando por em prática em sua gestão, ganhava nas páginas de Realidade, uma moldura de “popularização” com traços inegavelmente construtores de uma imagem oposta àquela que os grupos oposicionistas reclamavam. (FARO, 1999:171).

O pesquisador considera inegável, que nessas matérias, Realidade “cortejou diplomaticamente o Estado autoritário”, através dos perfis de seus representantes. “É um engano, no entanto, supor que se

tratasse de uma manifestação de cooptação ou imaginar que a revista integrava organicamente uma estratégia para popularizar os novos dirigentes políticos”, (FARO, 1999:173).

Esse trabalho de construção de imagem popular é reconhecido por Faro (1999) como uma “exceção feita aos perfis das personalidades ligadas ao Estado”, por outro lado, “a revista ampliava, com suas matérias, a disseminação do isolamento do núcleo militarizado do poder (...)”,(FARO, 1999:175).

Também não dá para negar que o grupo Abril beneficiou-se do regime militar. No movimento contrário à resistência se destacaram a Globo e a editora Abril, o que levou Pedrinho Guareschi (1982), a afirmar em seus estudos que, “até hoje não se sabe, de forma clara, as tramóias e conluios acontecidos no nascer desses dois gigantes”. A legislação brasileira proibia a intromissão de capital estrangeiro nos meios de comunicação do país, mesmo assim, a Globo, em fase de implantação, aceita a oferta de mais de 5 milhões de dólares, na época (1962), da Time-Life (Guareschi 1982).

Segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito que examinou o escândalo Globo-Time-Life, em 1967, as perspectivas do capital estrangeiro nos meios de comunicação de massa têm uma ligação com o momento político vivido pelo Brasil após a revolução de 1964 (...) Nesse período, os que assumiram o poder tinham necessidade dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão, para criar uma legitimidade que não possuíam (GUARESCHI, 1982, p. 46).

Isso significa que o governo militar, que não foi legitimado pelo voto, lança mão da comunicação de massa com o objetivo de criar comportamentos favoráveis e reduzir a resistência popular.

O Estado de São Paulo e Os Diários Associados recusaram a ajuda do Time-Life, a editora Abril seguiu os passos da Globo. Há que se destacar, que mesmo os apoiadores (iniciais ou permanentes) do regime militar, foram obrigados a conviver com a figura do censor dentro de suas redações.

Mais de vinte anos após o projeto de Costa e Silva de projetar uma imagem conciliatória, e ser lembrado como administrador e não político, Skidmore (1999) apresenta em seus estudos resultados que, em alguns momentos reforçaram a intenção inicial do general, mas que, na proporção maior, teve consequências opostas ao planejado. Algumas imagens de Costa e Silva, projetadas por Skidmore:

1. Costa e Silva dialogava com os diferentes grupos, do clero aos homens de negócios e aos políticos, garantindo-lhes que seu governo daria atenção aos legítimos pedidos de mudança (Skidmore, 1998:148);
- 2.O novo presidente ajustava-se ao estereótipo do militar latino-americano. Era jovial e mais interessado numa boa corrida de cavalos do que na leitura de enfadonhos tratados de estratégia

militar (Skidmore, 1998:138);

3.O aparente contraste com o austero e intelectual Castelo Branco não podia ser maior. Mas este contraste de imagens não era inteiramente correto. O novo presidente era uma figura mais talentosa e mais complexa do que sua imagem popular sugeria (Skidmore, 1998:138);

4.O novo governo parecia letárgico e mal coordenado durante seus primeiros meses. (Skidmore, 1998:148)

5.O presidente, embora conciliador no tom, parecia hesitante e inseguro. (Skidmore, 1998:148)

6.A indecisão do governo espelhava a hesitação da oposição legal. (Skidmore, 1998:148)

7.Em abril, Costa e Silva adotou uma medida para demonstrar a sua moderação. (Skidmore, 1998:148)

8.Em dezembro de 1968, por outro lado, Costa e Silva, um homem emotivo, acreditou demais nos parlamentares pró-governo que lhe asseguravam uma vitória no affair Márcio Moreira Alves (Skidmore, 1998:190);

9. Costa e Silva projetou inicialmente a imagem do general alegre, porém medíocre, quando lutou para estabilizar o regime autoritário que fora além das medidas (Skidmore, 1998:216).

Michael Pollak (1992:4) quando trata dos fenômenos de projeção ou transferência que podem ocorrer dentro da organização da memória individual ou coletiva, afirma: “A *memória é seletiva*. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. (...) A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”, (Pollak,1992:4).

As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação a memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada.

Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que as datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (POLLAK, 1992:4)

Esse último elemento da memória – a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído.

Quanto ao trabalho de enquadramento da memória, Pollak (1992) diz que este pode ser analisado em termos de investimento.

Eu poderia dizer que, em certo sentido, uma história social da história seria a análise desse enquadramento da memória. Tal análise pode ser feita em organizações políticas, sindicais, na Igreja, enfim, em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social. Além do trabalho de enquadramento da memória, há também o trabalho da própria memória em si.

(POLLAK,1992:7)

Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização.

Algumas considerações:

Costa e Silva, no intento de atingir seus propósitos, criou na presidência a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) com o objetivo de trazer bem informados os setores da opinião pública aos quais, o governo se dirigia. Como memória oficial, investiu na revista Realidade visando sensibilizar a opinião pública com a imagem ali divulgada de homem forte, de hábitos “normais”, trabalhador, de valores morais constituídos, inteligente, o melhor dos quatro últimos presidentes do país.

Entretanto, o enquadramento, seleção e organização da memória, assim como seu arquivamento deixaram de ser exclusivos de alguns grupos sociais. Há a descentralização do poder de emitir informações e opiniões, paralelamente ocorre o enfraquecimento das grandes narrativas em proveito de memórias múltiplas, fragmentadas. Alteram-se, portanto, os critérios de relevância social do passado. Há que se lembrar que além de seletiva, a memória sofre flutuações.

Na opinião do jornalista Paulo Moreira Leite, Dilma que é vítima e não algoz, revive traumas do seu passado sob a ótica militar dos anos da ditadura, portanto, continua sendo apresentada como guerrilheira, assaltante, diretamente envolvida com o mundo do crime. Lamenta o silêncio e a tradição que se tem no Brasil de contar a história a partir de uma única versão. Já Costa e Silva, é o general que “tentou” ser conciliador, administrador, com possibilidade de diálogo com os diversos setores da sociedade, mas se projeta mesmo como medíocre, com dificuldades de tomar decisões, inseguro, hesitante e lento, o contrário do que planejou.

Referências:

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa, Brasi-1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

_____. *História Cultural da Imprensa, Brasil-1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

_____. *Percursos do Olhar _ Comunicação Narrativa e Memória*. Niterói: 2007, Editora da Universidade Federal Fluminense.

FARO, José Salvador. *Revista Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem impressa brasileira*. São Paulo: Editora AGE, 1999.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação e Poder _ A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1982.

Brasil Nunca Mais. Org. Arquidiocese de São Paulo: Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Ser jornalista: A língua como barbárie e a notícia como mercadoria*. São Paulo: Paulus, 2009.

POLLAK, Michel. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, 5(10). Rio de Janeiro, 1992.

_____. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos, 2(3). Rio de Janeiro, 1989.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Os Meios de Comunicação e as Políticas de Memória e Esquecimento*. Orgs. Eduardo Granja Coutinho, João Freire Filho e Raquel Paiva. Mídia e Poder: ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo A Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HÁ UM NOVO TEMPERO NO PODER. Revista Realidade, edição nº 15, junho de 1967, páginas 26,27, 29, 31, 35, 39.

Entrevista com Dilma Jane Silva Rousseff. Fantástico, Rede Globo, em 07 de novembro de 2010. Disponível em: <http://participfantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1628816-15605,00-MAE+DE+DILMA+DIZ+QUE+FILHA+NUNCA+PENSOU+EM+SER+PRESIDENTE.html>

Na ditadura, Dilma deu aulas de política a trabalhadores. Publicado em Folha.com, em 28/11/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/837387-na-ditadura-dilma-deu-aulas-de-politica-a-trabalhadores.shtml>

LEITE, Paulo Moreira. *Quem fez o que na ditadura militar; Dilma na tortura da História*. Artigos publicados em Folha.com, Coluna Vamos Combinar, em 22/11/2010. Disponível em: <http://colunas.epoca.globo.com/paulomoreiraleite/2010/11/22/dilma-na-tortura-da-historia/>